

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA
CONCURSO PÚBLICO**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Não deixe de preencher as informações a seguir:

<i>Prédio</i>		<i>Sala</i>
<i>Nome</i>		
<i>Nº de Identidade</i>	<i>Órgão Expedidor</i>	<i>UF</i>
		<i>Nº de Inscrição</i>

ANALISTA DE GESTÃO / ADVOGADO

ATENÇÃO

- *Abra este Caderno, quando o Fiscal de Sala autorizar o início da Prova.*
- *Observe se o Caderno está completo. Ele deverá conter 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha com 05 (cinco) alternativas cada, sendo 10 (dez) de Conhecimentos da Língua Portuguesa, 05 (cinco) de Conhecimentos de Informática, 05 (cinco) de Raciocínio Lógico e 30 (trinta) de Conhecimentos Específicos.*
- *Se o Caderno estiver incompleto ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe, imediatamente, ao Fiscal.*
- *Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o seu Nome completo, o Número do seu Documento de Identidade, a Unidade da Federação e o Número de Inscrição.*
- *Para registrar as alternativas escolhidas nas questões objetivas de múltipla escolha, você receberá um Cartão-Resposta de Leitura Ótica. Verifique se o Número de Inscrição impresso no Cartão coincide com o seu Número de Inscrição.*
- *As bolhas constantes do Cartão-Resposta devem ser preenchidas totalmente, com caneta esferográfica azul ou preta.*
- *Preenchido o Cartão-Resposta, entregue-o ao Fiscal e deixe a sala em silêncio.*

TEXTO 01 para as questões de 01 a 10.

Morri em Santa Maria hoje. Quem não morreu? Morri na Rua dos Andradas, 1925. Numa ladeira encrespada de fumaça. A fumaça nunca foi tão negra no Rio Grande do Sul. Nunca uma nuvem foi tão nefasta. Nem as tempestades mais mórbidas e elétricas desejam sua companhia. Seguirá sozinha, avulsa, página arrancada de um mapa.

A fumaça corrompeu o céu para sempre. O azul é cinza, anoitecemos em 27 de janeiro de 2013. As chamas se acalmaram às 5h30, mas a morte nunca mais será controlada.

Morri porque tenho uma filha adolescente que demora a voltar para casa. Morri porque já entrei numa boate pensando como sairia dali em caso de incêndio. Morri porque prefiro ficar perto do palco para ouvir melhor a banda. Morri porque já confundi a porta de banheiro com a de emergência.

Morri porque jamais o fogo pede desculpas quando passa. Morri porque já fui de algum jeito todos os que morreram. Morri sufocado de excesso de morte; como acordar de novo? O prédio não aterrissou da manhã, como um avião desgovernado na pista.

A saída era uma só, e o medo vinha de todos os lados. Os adolescentes não vão acordar na hora do almoço. Não vão se lembrar de nada. Ou entender como se distanciaram de repente do futuro.

Mais de duzentos e quarenta jovens sem o último beijo da mãe, do pai, dos irmãos. Os telefones ainda tocam no peito das vítimas estendidas no Ginásio Municipal.

As famílias ainda procuram suas crianças As crianças universitárias estão eternamente no silencioso.

Ninguém tem coragem de atender e avisar o que aconteceu.

As palavras perderam o sentido.

Disponível em: www.facebook.com. Autor: Fabrício Carpinejar.

01. Utilizando-se de “As palavras perderam o sentido”, o autor expressa que

- A) a vida se faz vida na plenitude do silêncio.
- B) o sentido da vida se prende a algumas palavras.
- C) a morte anula as palavras.
- D) a ausência de palavras produz pouco diálogo.
- E) sem palavras, não há comunicação perfeita.

02. Em uma das alternativas, o termo sublinhado NÃO é sinônimo do termo entre parênteses. Assinale-a.

- A) “Nunca uma nuvem foi tão nefasta.” (funesta)
- B) “Ou entender como se distanciaram de repente do futuro.” (afastaram)
- C) “A fumaça corrompeu o céu para sempre.” (adornou)
- D) “Morri porque tenho uma filha adolescente que demora a voltar para casa.” (retarda)
- E) “Morri porque jamais o fogo pede desculpas quando passa.” (escusas)

03. Utilizando-se do trecho “Morri sufocado de excesso de morte; como acordar de novo?”, o autor

- A) afirma que poucas foram as vítimas daquele incidente.
- B) demonstra ter sido elevado o número de mortes daquela tragédia.
- C) se rejubila com a cena trágica e desperta entusiasmado com a vida.
- D) se revela indignado face ao número irrisório de vítimas.
- E) parece descontente diante do levantamento realizado em relação às vítimas.

04. Observe o trecho abaixo:

“Morri porque tenho uma filha adolescente que demora a voltar para casa.”

Utilizando-se dele, o autor expressou

- A) sua inquietação e angústia por rezear perder a filha adolescente em fato semelhante.
- B) a necessidade de frear os jovens em relação ao retorno para a casa.
- C) um sentimento de quietude e paz diante dos acontecimentos diários.
- D) a sua impassividade diante das ações da sua própria filha.
- E) ser indiferente aos aspectos inerentes à vida da filha.

05. Sobre Pontuação, analise os itens abaixo:

- I. “As chamas se acalmaram às 5h30, mas a morte nunca mais será controlada.”
- II. “Mais de duzentos e quarenta jovens sem o último beijo da mãe, do pai, dos irmãos.”
- III. “As famílias ainda procuram suas crianças. As crianças universitárias estão eternamente no silencioso.”
- IV. “A saída era uma só, e o medo vinha de todos os lados.”

V. “Os telefones ainda tocam no peito das vítimas estendidas no Ginásio Municipal.”

Assinale a alternativa CORRETA.

- A) No item I, a vírgula separa a oração principal da subordinada.
- B) No item II, as vírgulas separam elementos de mesma função sintática.
- C) No item III, o ponto final após o termo “crianças” poderia ser substituído por dois pontos e não caracterizaria desobediência às normas vigentes de pontuação.
- D) No item IV, a vírgula separa orações ligadas pelo conectivo e cujos sujeitos são diferentes.
- E) No item V, estaria também correto o trecho, se fosse inserida uma vírgula após o termo “ainda”.

06. Assinale a alternativa cuja sílaba tônica de ambos os termos sublinhados recai na penúltima sílaba.

- A) “Nem as tempestades mais mórbidas e elétricas desejam sua companhia.”
- B) “Seguirá sozinha, avulsa, página arrancada de um mapa.”
- C) “A fumaça corrompeu o céu para sempre. O azul é cinza, anoitecemos em 27 de janeiro de 2013.”
- D) “A saída era uma só, e o medo vinha de todos os lados.”
- E) “As famílias ainda procuram suas crianças. As crianças universitárias estão eternamente no silencioso.

07. Observe o trecho abaixo:

“Seguirá sozinha, avulsa, página arrancada de um mapa.”

Para identificar o sujeito do verbo sublinhado, é preciso voltar ao texto. Depois disso, assinale a alternativa que o indica.

- A) Ladeira. B) Rua dos Andradas. C) Uma nuvem. D) Página. E) Santa Maria.

08. Sobre Concordância Nominal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) “Nem as tempestades mais mórbidas e elétricas” – se o termo “tempestades” estivesse no singular, os adjetivos “mórbidas e elétricas” se alterariam tanto em gênero como em número.
- B) “Morri sufocado de excesso de morte” – se a fala fosse de mulheres, o correto seria: Morremos sufocadas de excesso de morte.
- C) “O prédio não aterrissou da manhã, como um avião desgovernado na pista.” – se o termo sublinhado fosse permutado por “aeronaves”, o termo “desgovernado” se flexionaria no masculino plural.
- D) “A fumaça nunca foi tão negra no Rio Grande do Sul.” – se o termo sublinhado estivesse no plural, o adjetivo “negra”, não se alteraria em sua grafia.
- E) “Numa ladeira encrespada de fumaça.” – substituindo-se o termo “ladeira” por “morros”, o termo “encrespada”, se alteraria apenas em relação ao gênero.

09. Em qual das alternativas abaixo, o verbo não pede complemento?

- A) “Morri em Santa Maria hoje.”
- B) “A fumaça corrompeu o céu para sempre.”
- C) “Não vão se lembrar de nada.”
- D) “Ninguém tem coragem de atender...”
- E) “As palavras perderam o sentido.”

10. Sobre o trecho “As chamadas se acalmaram às 5h30, mas a morte nunca mais será controlada.” o conectivo nele existente exprime a ideia de

- A) comparação. B) tempo. C) proporcionalidade. D) oposição. E) conclusão.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

11. A respeito do Microsoft Power Point 2007, analise as proposições abaixo:

- I.** Para inserir um texto decorativo em um slide, basta utilizar o botão “WordPad” o qual se encontra no guia “Inserir”.
- II.** É através do botão “Imagem” que é possível escolher entre várias figuras que acompanham o Microsoft Office.
- III.** Os botões de ação contêm formas, como setas para a direita e para a esquerda, e símbolos de fácil compreensão referentes às ações de ir para o próximo, anterior, primeiro e último slide, além de executarem filmes ou sons.

IV. Para visualizar uma apresentação personalizada, deve-se clicar no nome da apresentação na caixa de diálogo “Apresentações Personalizadas” e, em seguida, clicar em “Mostrar”.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- A) II e III. B) I, III e IV. C) II e IV. D) I e II. E) III e IV.

12. A respeito do processador (CPU), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Interpreta e executa as instruções fornecidas pelos programas.
B) Realiza cálculos de operações aritméticas e comparações lógicas.
C) Processa todos os tipos de dados.
D) Controla e gerencia os demais componentes de hardware.
E) Torna possível a comunicação da “placa-mãe” com os demais componentes e periféricos.

13. Sobre o sistema operacional Windows 7, analise as afirmativas abaixo:

- I.** Podemos alternar entre as janelas abertas com a sequência de teclas “alt+tab”, permitindo escolher qual janela ou programa deseja manipular.
II. Algumas opções que poderão estar no botão “Iniciar” são: calculadora, paint, notas autoadesivas e visualizador XPS.
III. Os “Live Icons” ou “Modos de Exibição” fornecem-lhe uma pré-visualização em miniatura do conteúdo de cada arquivo, em vez de uma representação genérica da aplicação que está associada ao arquivo.
IV. O Windows 7 inclui muitos programas e acessórios úteis. São ferramentas para edição de texto, criação de imagens, jogos, ferramentas para melhorar o desempenho do computador, da calculadora etc.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- A) I, II, III e IV. B) I, II e III, apenas. C) II, III e IV, apenas. D) I, III e IV, apenas. E) III e IV, apenas.

14. Sobre segurança da informação, vírus e back-up, marque a alternativa INCORRETA.

- A) Stealth são os programas, que conseguem agir sem serem detectados.
B) Scanner é uma ferramenta usada por hackers ou especialistas em segurança, que serve para “varrer” uma máquina ou uma rede em busca de portas abertas, informações ou serviços vulneráveis.
C) Engenharia Social é uma técnica utilizada por hackers, para se obterem informações interagindo diretamente com as pessoas.
D) Autenticação é o processo de se confirmar a identidade de um usuário ou um host, podendo esta ser feita na camada de exaustão ou utilizando-se algoritmos variados.
E) “Denial of Service” significa interrupção de serviço.

15. No Microsoft Excel 2007, qual a tecla de atalho que seleciona a célula acima da célula que está selecionada naquele momento?

- A) tab B) shift+enter C) shift+tab D) enter E) ctrl+tab

RACIOCÍNIO LÓGICO

16. O sexto número da sequência: 3, 7, 15, 31, 63, ... é:

- A) 94. B) 127. C) 126. D) 125. E) 95.

17. Dos 300 alunos de um colégio, 180 estudam inglês, e 160 estudam espanhol. Quantos desses alunos estudam, simultaneamente, os dois idiomas?

- A) 60. B) 80. C) Nenhum. D) 40. E) 120.

18. Em um agrupamento de 500 pessoas, 300 são do sexo masculino, e as demais, do feminino. Entre as femininas, 3/4 têm idade abaixo de 30 anos. Ao se retirar, aleatoriamente, uma dessas pessoas do grupo, a probabilidade de ela ser do sexo feminino com mais de 30 anos é de

- A) 1/50. B) 1/200. C) 1/150. D) 1/300. E) 2/5.

19. Se hoje não chover, Heraldo irá ao cinema amanhã. Como hoje irá chover, é CORRETO afirmar que

- A) Heraldo não irá ao cinema amanhã.
- B) Heraldo irá ao cinema amanhã.
- C) Heraldo só vai ao cinema quando não chove na véspera.
- D) É possível que Heraldo vá ao cinema amanhã.
- E) Heraldo nunca vai ao cinema quando chove na véspera.

20. Quando Nilton está ressecado, ele falta ao trabalho.

- Darlan** só falta ao trabalho quando está ressecado.
- Aldo** nunca falta ao trabalho quando está ressecado.
- Hoje, todos os três faltaram ao trabalho.

Assim, é CORRETO afirmar que

- A) talvez Nilton e Aldo estejam ressecados.
- B) Nilton e Darlan estão ressecados.
- C) talvez Darlan não esteja ressecado, mas Nilton, certamente, está.
- D) Darlan está ressecado e é possível que Nilton não esteja.
- E) Nilton está ressecado e Darlan certamente não está.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Sobre a Equiparação Salarial prevista na CLT e o posicionamento do TST (Tribunal Superior do Trabalho), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Trabalho de igual valor, para os fins da Equiparação Salarial prevista na CLT, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a 2 (dois) anos.
- B) Não prevalecerá a Equiparação quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira, hipótese em que as promoções deverão obedecer aos critérios de antiguidade e merecimento.
- C) O TST entende que o conceito de "mesma localidade" de que trata a Equiparação Salarial da CLT refere-se, em princípio, ao mesmo município ou a municípios distintos que, comprovadamente, pertençam à mesma região metropolitana.
- D) O TST entende não ser possível a equiparação salarial de trabalho intelectual diante da impossibilidade de se estabelecerem critérios objetivos.
- E) Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.

22. Observe os seguintes itens e assinale a alternativa CORRETA, conforme previsão na CLT e posicionamento do TST:

- I.** O pagamento relativo ao período de aviso prévio, trabalhado ou não, está sujeito à contribuição para o FGTS.
- II.** Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.
- III.** Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.
- IV.** Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) I e II, apenas.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

23. Assinale a alternativa INCORRETA, conforme previsão na CLT.

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário...

- A) por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
- B) até 3 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.

- C) até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento.
- D) nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
- E) pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro.

24. Conforme previsão da CLT, analise os itens a seguir:

- I.** Considera-se salário a assistência médica, hospitalar e odontológica, concedida pelo empregador, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.
- II.** Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, considerando-se transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio.
- III.** Considera-se salário a educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos à matrícula, mensalidade, anuidade, a livros e material didático.
- IV.** Não se considera salário o transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) IV. B) I. C) II. D) II e III. E) III e IV.

25. Sobre processo do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O TST entende que é tempestivo o recurso interposto antes de publicado o acórdão impugnado.
- B) O TST entende que a interrupção do prazo recursal em razão da interposição de embargos de declaração pela parte adversa não acarreta qualquer prejuízo àquele que apresentou seu recurso tempestivamente.
- C) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo, que admite até o máximo de duas testemunhas para cada parte. Essas testemunhas comparecerão à audiência de instrução e julgamento, independentemente de intimação.
- D) No procedimento sumaríssimo, só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer. Não comparecendo a testemunha intimada, o juiz poderá determinar sua imediata condução coercitiva.
- E) No rito sumaríssimo, somente quando a prova do fato o exigir, ou for legalmente imposta, será deferida prova técnica, incumbindo ao juiz, desde logo, fixar o prazo, o objeto da perícia e nomear perito.

26. Com base nos preceitos constitucionais, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar, EXCETO:

- A) As ações oriundas da relação de trabalho, incluindo os empregados públicos concursados de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista.
- B) As ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
- C) As ações que envolvam exercício do direito de greve.
- D) Os crimes oriundos da relação de trabalho, desde que ocorridos dentro do ambiente de trabalho.
- E) As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

27. Sobre Processo Trabalhista e o posicionamento do TST, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).
- B) O ente integrante da Administração Pública direta e indireta, quando tomador de serviço, responde subsidiariamente, desde que tenha participado da relação processual e conste também do título executivo judicial, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
- C) No contrato de prestação de serviços, o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade solidária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
- D) No contrato de prestação de serviços, a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.
- E) A princípio, a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.

28. Sobre os preceitos constitucionais das Finanças Públicas, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A lei de diretrizes orçamentárias, cuja iniciativa compete ao Poder Executivo, compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- B) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- C) A lei orçamentária anual compreenderá, também, o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- D) A lei orçamentária anual compreenderá, também, o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e as fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- E) Cabe à Lei Ordinária estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e o funcionamento de fundos.

29. Sobre a LC 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária anual e nas de crédito adicional.
- B) Entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
- C) Dívida pública consolidada ou fundada consiste no montante total, apurado sem duplicidade, nas obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e na realização de operações de crédito, para amortização em prazo de seis meses.
- D) Concessão de garantia consiste no compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- E) Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

30. Sobre a previsão constitucional das finanças públicas, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo, na proibição, a autorização para a abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- B) Cabe à lei Ordinária dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- C) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
- D) Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- E) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

31. Sobre Direito Tributário, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O STF entende ser constitucional a exigência de depósito ou de arrolamento prévios de dinheiro ou bens para a admissibilidade de recurso administrativo.
- B) A moratória e a concessão de Liminar em Mandado de Segurança suspendem a exigibilidade do Crédito Tributário.
- C) A transação e a compensação extinguem o Crédito Tributário.
- D) A obrigação tributária principal compreende o valor do tributo ou sua penalidade pecuniária.
- E) A obrigação acessória do tributo tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

32. Sobre Direito Constitucional Tributário, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- B) Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir taxas, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.

- C) A União, mediante Lei Ordinária, poderá instituir empréstimos compulsórios.
- D) Competem à União, em Território Estadual, os impostos estaduais e, se o Território for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.
- E) Lei ordinária poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

33. Sobre Direito Tributário, sua previsão no CTN e no STF, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- B) A moratória suspende o crédito tributário.
- C) A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.
- D) Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto nesse último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
- E) O crédito tributário decorre da obrigação principal e da obrigação acessória.

34. Sobre o Código Civil Brasileiro e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (nova denominação à Lei de Introdução ao Código Civil), analise os itens abaixo:

- I. A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- II. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- III. Sobre o contrato de compra e venda, nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.
- IV. O possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber desde o momento em que se constituiu de má-fé; tem direito às despesas da produção e do custeio.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) I e II, apenas. B) I, III e IV, apenas. C) I, II e IV, apenas. D) II, III e IV, apenas. E) I, II, III e IV.

35. Sobre Direito Civil Brasileiro, analise os itens abaixo:

- I. O contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.
- II. Concluído o contrato preliminar, e desde que dele não conste cláusula de arrependimento, qualquer das partes terá o direito de exigir a celebração do definitivo, assinando prazo à outra para que o efetive.
- III. O contrato preliminar não necessita ser levado ao registro competente.
- IV. Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Subsiste esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) I, II, III e IV. B) I, II e IV, apenas. C) II e III, apenas. D) I e II, apenas. E) I e IV, apenas.

36. Sobre a responsabilidade Civil prevista no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- B) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- C) Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa nos casos especificados em lei ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- D) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, fora dos casos em que a lei o permita, não se obriga a esperar o tempo que faltava para o vencimento.
- E) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

37. Sobre o Código de Defesa do Consumidor (CDC), Lei nº 8.078/90, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.
- B) Sobre as Cláusulas Abusivas, é facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o disposto no CDC ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.
- C) Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.
- D) Os fornecedores de produtos de consumo, duráveis ou não duráveis, respondem subsidiariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.
- E) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

38. Sobre o Código de Processo Civil Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Se o autor desistir da ação quanto a algum réu ainda não citado, o prazo para a resposta correrá da intimação do despacho que deferir a desistência.
- B) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença.
- C) Não faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- D) Na apelação, nos embargos infringentes, no recurso ordinário, no recurso especial, no recurso extraordinário e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de 15 (quinze) dias.
- E) A apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo, faz coisa julgada material.

39. Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito ao Código de Processo Civil Brasileiro.

- A) Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento.
- B) Sobre as provas no Código de Processo Civil brasileiro, a parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, provar-lhe-á o teor e a vigência, independentemente de determinação judicial.
- C) A insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de 03 (três) dias.
- D) Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 05 (cinco) dias.
- E) O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante apenas do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior. Contra essa decisão, caberá recurso de Agravo no prazo de 5 (cinco) dias.

40. Sobre o posicionamento dos Tribunais Superiores e o Processo Civil Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar.
- B) Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal.
- C) A pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais não faz jus ao benefício da justiça gratuita.
- D) Reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na justiça estadual.
- E) Não pode o magistrado deixar de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal o agravo de instrumento interposto da decisão que não admite recurso extraordinário, ainda que referente à causa instaurada no âmbito dos juizados especiais.

41. Sobre o Código de Processo Civil brasileiro, analise os itens abaixo:

- I. Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que despachou em primeiro lugar.
- II. A nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará de competência para o juízo de domicílio do réu.
- III. O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação suspende o prazo para resposta, que volta a correr da intimação da decisão.

IV. Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) I, II e III, apenas. B) I, II e IV, apenas. C) I, III e IV, apenas. D) II, III e IV, apenas. E) I, II, III e IV.

42. Sobre o Direito Administrativo Brasileiro, previsto na Constituição Federal e na legislação vigente, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A Constituição Federal prevê que as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- B) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- C) Considera-se Sociedade de Economia Mista a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria ao ente da federação ou à entidade da Administração Indireta.
- D) A delegação de competência bem como a outorga são utilizadas como instrumento de desconcentração administrativa, com o objetivo de assegurarem maior rapidez e objetividade às decisões, situando-se na proximidade dos fatos, das pessoas ou dos problemas a atender.
- E) Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

43. Sobre Licitação e Contratos (Leis nº 8.666/93 e 10.520/02), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- B) É dispensável a licitação na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- C) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.
- D) É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.
- E) No pregão, o prazo de validade das propostas será de 30 (trinta) dias, se outro não estiver fixado no edital.

44. Sobre Improbidade Administrativa prevista na Lei nº 8.429/92, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Constitui ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito frustrar a licitude de concurso público.
- B) Constitui ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- C) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.
- D) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- E) Constitui ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.

45. Sobre a Lei das Sociedades Anônimas (S.A.) Lei nº 6.404/76, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas à restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas.
- B) A assembleia-geral extraordinária que tiver por objeto a reforma do estatuto somente se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 50% (cinquenta por cento), no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda com qualquer número.
- C) Nas companhias abertas, o acionista poderá participar e votar a distância em assembleia geral, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.
- D) O reembolso é a operação pela qual, nos casos previstos em lei, a companhia paga aos acionistas dissidentes de deliberação da assembleia-geral o valor de suas ações.
- E) Verificada a mora do acionista, a companhia pode, mesmo após iniciada a cobrança judicial, mandar vender a ação em bolsa de valores; a companhia poderá também promover a cobrança judicial se as ações oferecidas em bolsa não encontrarem tomador, ou se o preço apurado não bastar para pagar os débitos do acionista.

46. Sobre o Direito Constitucional Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) São reservadas aos Estados-Membros as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal.
- B) O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- C) Não existe previsão constitucional expressa sobre o direito à alimentação, sendo um direito implícito compreendido na dignidade da pessoa humana.
- D) É vedado aos Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- E) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, do Presidente da República e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

47. Sobre o Direito Constitucional Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- B) Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente da república, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
- C) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- D) Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- E) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

48. Sobre o Direito Constitucional brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- B) Sobre a previdência dos servidores públicos efetivos, o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.
- C) A função social da propriedade, a livre concorrência e a defesa do consumidor são princípios da Ordem Econômica constitucional.
- D) Constitui monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.
- E) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, não poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

49. Sobre o Direito Constitucional brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em Recurso Ordinário, o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.
- B) O Ministro do Superior Tribunal de Justiça que atuar no Conselho Nacional de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor.
- C) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- D) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula vinculante aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.
- E) É função institucional do Ministério Público promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.

50. Sobre a Ordem Social e a Comunicação Social previstas na Constituição Federal Brasileira, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- B) Pelo menos cinquenta e um por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverão pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.
- C) A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.
- D) O empregador, a empresa e a entidade a ela equiparada na forma da lei são sujeitos passivos da Contribuição Social incidente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.
- E) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.